



Plenário analisa fim de testes com animais para cosméticos

Projeto, que pode ser votado hoje, estimula métodos alternativos de testagem na indústria cosmética. Senadores também analisam proposta de combate à violência familiar

Um dos destaques da pauta do Plenário, nesta semana de esforço concentrado, é o projeto que proíbe o uso de animais em testes de cosméticos e perfumes e a venda desses produtos. O texto estimula também que

os testes em animais sejam substituídos por outros métodos e abre uma exceção para quando não houver formas alternativas de testagem.

Os senadores também podem votar proposta que dá prioridade em exames de corpo de delito

a mulheres, idosos, deficientes, crianças e adolescentes que tenham sido vítimas de violência. Ainda na pauta projeto que amplia a licença-paternidade para militares e o que obriga vistoria em parquinhos infantis. **3**

Projeto propõe data dedicada a museus no país

Incêndio que atingiu o Museu Nacional no domingo reabriu o debate sobre os museus brasileiros. Projeto que tramita no Senado institui o Dia Nacional do Museu como forma de incentivar a reflexão sobre o papel dessas instituições. **8**



Núcleo dirigido por Karin Käsmayer promove ações de sustentabilidade



Plano sustentável põe Senado na vanguarda das ações sociais

Iniciativas que gerem economia e não prejudiquem o meio ambiente, políticas que promovam a inclusão da pessoa com deficiência e diminuição do consumo

de água e energia elétrica são alguns dos pilares do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado, que pode ser modelo para outras instituições. **4 e 5**

Suicídio é problema de saúde pública, dizem especialistas

Participantes de audiência pública sobre suicídio, promovida pela Comissão de Direitos Humanos, disseram que esse é um problema de saúde pública que demanda a

atenção de toda a sociedade. Eles informaram que, enquanto o número de ocorrências diminui no mundo, o Brasil vive um crescimento de 60% nas últimas quatro décadas. **7**



Participaram do debate psiquiatras, psicólogos, jornalistas e assistentes sociais

MP adia reajuste dos servidores de 2019 para 2020

Foi publicada a medida provisória que adia para 2020 o reajuste de servidores da administração pública federal, até então programado para 2019. Com isso, o governo pretende economizar R\$ 4,7 bilhões. **2**

Uso de celular pode aumentar pena de preso

O preso que usar telefone celular na cadeia poderá ser punido com aumento de pena em até um ano. O projeto pode ser votado hoje na Comissão de Infraestrutura, após audiência pública agendada para as 9h. **3**



Murillo de Aragão (D) preside reunião com conselheiros para atualização das regras de funcionamento do colegiado

Conselho de Comunicação Social muda regimento

O Conselho de Comunicação Social aprovou ontem mudanças no regimento interno, de 2013. Uma das

mudanças amplia a área de atuação do conselho. O regimento interno atual permite que os conselheiros discutam

temas previstos na legislação sobre TV a cabo. A alteração aprovada estende a competência para a internet. **6**

Senado recebe representantes do Parlamento israelense

Representantes do Legislativo de Israel se reuniram ontem com a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka,

e com o diretor-geral em exercício da Câmara, Mauro Barreto, para troca de experiências administrativas. **2**



Ilana apresenta iniciativas nas áreas de acessibilidade e equidade de gênero



Encartado nesta edição, o *Jornal Senado Mulher*

Comissão vota hoje projeto sobre privatização **3**

Ministro do Meio Ambiente participa de audiência **6**

Brasil pode doar 25 tanques de guerra para o Uruguai **3**

Reajustes em plano de saúde serão debatidos **7**

Será instalada comissão de ajuda a santas casas **6**

Gerente: Mônica Aguiar/Agência Senado



Diretor do Legislativo israelense, Albert Sakharovich participa de reunião de trabalho com Ilana Trombka

Parlamentos de Israel e do Brasil trocam experiências

Em visita ao Congresso Nacional, representantes do Legislativo israelense foram recebidos pelos diretores do Senado e da Câmara para discutir iniciativas em áreas como acessibilidade e visitação

REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO de Israel (Knesset, em hebraico) se encontraram ontem com a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e com o diretor-geral em exercício da Câmara, Mauro Mena Barreto, na primeira reunião entre as administrações dos Parlamentos do Brasil e de Israel.

O objetivo do encontro é permitir a troca de experiências nas áreas de acessibilidade, visitação, segurança e política de equidade de gêneros.

O diretor-geral do Knesset, Albert Sakharovich, disse que a conexão entre os dois países é importante e que, como ambos os Parlamentos têm as mesmas preocupações, valoriza muito esse tipo de intercâmbio.

Incêndio

Sakharovich parabenizou a comitiva brasileira pela celebração da Independência do país na sexta-feira, mas lamentou profundamente o incêndio no Museu Nacional, ocorrido na noite de domingo, no bairro de São Cristóvão, no

Rio de Janeiro. Ele fez uma apresentação sobre a composição e as atribuições do Poder Legislativo israelense, integrado por 120 parlamentares eleitos diretamente para mandatos de quatro anos.

Cabe ao Knesset eleger o presidente, que é o chefe de Estado. O presidente, por sua vez, escolhe um chefe de governo (primeiro-ministro) que tenha condições de formar um governo de coalizão.

— O Knesset é o coração da democracia israelense — afirmou.

Segundo Sakharovich, a agenda da diretoria-geral do Parlamento israelense passa por melhorar a transparência das atividades, a infraestrutura física e o ambiente de trabalho, por garantir oportunidades para pessoas com deficiência e pela expansão das relações internacionais, com a troca de experiências com outros países.

Por sua vez, Ilana apresentou aos israelenses informações sobre o sistema bicameral brasileiro e sobre a estrutura funcional do Senado. Ela

lembrou que, nos dois anos iniciais de sua gestão, a preocupação foi remodelar os sistemas de compra e contratação da Casa, trabalho que foi elogiado pelos órgãos de fiscalização e controle do país. Agora o foco é no sistema de gestão de pessoas, informou diretora-geral.

Modernização

A diretora deu detalhes sobre a Carta de Compromissos, elaborada pelos próprios funcionários, e sobre as diretrizes estratégicas em vigor, instrumentos essenciais, segundo ela, para a modernização da gestão.

— Queremos ser o melhor corpo funcional para que os senadores possam realizar o melhor trabalho, o trabalho que o Brasil merece.

Os israelenses também conheceram as ações do Senado na luta pelos direitos das mulheres e na defesa da igualdade de gênero.

O encontro continuará hoje, com visitas técnicas e discussões sobre segurança e acessibilidade.

Paulo Paim diz que reforma trabalhista reduziu salários

Paulo Paim (PT-RS) comentou ontem sua atuação na defesa dos direitos previdenciários e trabalhistas dos brasileiros. Para ele, a reforma trabalhista fez com que 30 milhões de trabalhadores, entre desempregados, desalentados e os que atuam na informalidade, passassem a viver de um salário precário.

— Os próprios empresários sabem hoje que foi um tiro no pé essa reforma trabalhista. Para reativar o mercado interno e fortalecer a própria economia, é preciso, como disse o próprio Henry Ford, que é um dos pais do capitalismo, que a sociedade pague bem seus trabalhadores, porque eles são os consumidores em potencial — declarou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Regina lamenta incêndio no Museu Nacional no Rio

A senadora Regina Sousa (PT-PI) lamentou ontem que 200 anos de história tenham sido destruídos com o incêndio no Museu Nacional, ocorrido ontem no Rio de Janeiro. Para ela, os cortes do governo no orçamento da cultura podem ter contribuído para a tragédia.

— Eu espero que essa tragédia pelo menos faça a gente abrir o olho, os governos em todos os níveis, para a nossa cultura e história.

A senadora comentou ainda dados do anuário brasileiro sobre a violência, ressaltando o grande número de casos de violência doméstica no país. Segundo ela, são 606 casos por dia, sem computar os homicídios não enquadrados como feminicídio. Os homicídios de mulheres negras aumentaram 22%, enquanto a taxa para não negras teve redução de 7,4%

Publicada MP que adia reajuste de servidores públicos federais

O Diário Oficial da União (DOU) publicou no sábado a Medida Provisória (MP) 849/2018, que adia para 2020 o reajuste de servidores da administração pública federal, até então programado para o ano que vem.

A decisão foi comunicada na sexta-feira pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, durante apresentação da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019, entregue pelo Executivo ao Congresso. Segundo o ministro, com o adiamento, a economia prevista pelo governo é de R\$ 4,7 bilhões.

A previsão do reajuste, entretanto, está mantida no Projeto de Lei Orçamentária, caso a MP que adia o aumento salarial não seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Para Guardia, a medida mostra o compromisso do governo com o país e beneficia o futuro governo federal.

Entre as carreiras afetadas, estão as de diplomata e oficial de chancelaria, de cargos da Receita, de auditor-fiscal do Trabalho, da carreira de gestão governamental, de órgãos vinculados ao Executivo.

No final de 2017, outra MP, a 805/2017, previu o adiamento de reajuste de servidores. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a MP, que perdeu a eficácia.

Em junho de 2017, a MP 765/2016 concedeu reajustes para algumas carreiras: auditor-fiscal da Receita, auditor-fiscal do Trabalho, perito médico previdenciário, supervisor médico-pericial da Previdência, analista e especialista de infraestrutura, diplomata, oficial de chancelaria, assistente de chancelaria, analista da Receita e policial civil dos ex-territórios.

Esses reajustes foram concedidos após a promulgação da Emenda do Teto de Gastos, em 17 de dezembro de 2016.

Também está mantida na proposta de Orçamento de 2019 a reserva de recursos para o reajuste de 16% no salário dos ministros do STF, aprovado pelos próprios magistrados. Segundo Guardia, o Executivo não tem competência para definir, ou não, reajuste dos outros poderes.

Da Agência Câmara

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Direito previdenciário**
9h Audiência para debater inclusão do direito previdenciário na matriz curricular da graduação em direito.
- CJ Obras na BR-319**
9h Audiência com os ministros do Meio Ambiente e da Justiça sobre obras na BR-319. Depois, pauta com 4 itens.
- CAE Recuperação fiscal dos estados**
10h Entre 14 itens, o PLS 163/2018, que exclui precatórios do plano de recuperação fiscal dos estados.
- CCJ Taxas de cartórios do DF**
10h Audiência para debater o PLC 99/2017, que aumenta o valor das taxas de cartórios do Distrito Federal.
- CRE Doação de tanques ao Uruguai**
10h Na pauta de 8 itens, o PLC 91/2018, que trata da doação de 25 tanques de guerra ao Uruguai.
- CE Feiras de ciências no ensino médio**
11h30 O PLS 360/2017, que torna a União responsável por feiras de ciências na rede do ensino médio, é um dos 16 itens.
- CMA Descarte de lixo em local público**
11h30 Entre 11 itens, o PLC 169/2017, que reforça a proibição de descarte de lixo em lugares públicos.
- CAS Planos de saúde mais caros**
14h Audiência para discutir reajuste dos planos de saúde. O presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Leandro Fonseca da Silva, é um dos convidados.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta o PLC 35/2014, que estabelece prioridade para a realização do exame de corpo de delito para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.
- MP 843/2018 Setor automotivo**
14h30 Análise do relatório.
- MP 848/2018 FGTS para santas casas**
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 844/2018 Marco do saneamento**
14h40 Eleição de presidente e vice.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

Senado vota fim de teste com animal para cosmético

Pauta do esforço concentrado tem também projetos sobre combate à violência, hospitalização de crianças, licença-paternidade para militares e segurança de parquinhos

A PROIBIÇÃO AO uso de animais em testes para produção de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal é um dos destaques da pauta do Plenário do Senado nesta semana de esforço concentrado.

O PLC 70/2014, do deputado Ricardo Izar (PP-SP), não só proíbe testes de ingredientes e de produtos cosméticos em animais, como também veda o comércio desses produtos e incentiva técnicas alternativas para avaliar a segurança das formulações.

Pelo texto, os testes em animais poderão ser admitidos pela autoridade sanitária em situações excepcionais, como se não existir outro método de testagem.

Corpo de delito

Os senadores também devem avaliar propostas sobre proteção do ambiente familiar e do combate à violência. Um dos projetos determina que



Plenário analisará projeto que incentiva métodos alternativos para testar ingredientes de cosméticos e perfumes

mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência tenham prioridade nos exames de corpo de delito (PLC 35/2014).

A relatora, senadora Simone Tebet (MDB-MS), lembra que

o exame de corpo de delito reúne um conjunto de elementos materiais ou vestígios indicativos da prática de um crime.

Para ela, é conveniente priorizar a avaliação em mulheres, menores, idosos e pessoas com deficiência vítimas de

violência, para privilegiar a rápida elucidação e produção de provas.

O Plenário também deve votar o substitutivo ao projeto que obriga os hospitais públicos e privados a notificar casos de acidentes envolvendo

crianças e adolescentes (PLC 13/2017). A intenção é dar mais informações para que o poder público possa planejar ações que previnam mortes e hospitalizações de crianças e jovens.

Parquinhos

Outro projeto que está em pauta nesta semana é o que aumenta para 20 dias a licença-paternidade do militar e a estende para o caso de obtenção de guarda judicial para fins de adoção (PLC 41/2018). Atualmente, os militares têm direito a cinco dias consecutivos de licença.

Os senadores ainda poderão votar o projeto com objetivo de tornar mais seguros os brinquedos de parquinhos infantis instalados em espaços públicos, como praças, ou privados, como clubes e escolas. Para isso, o projeto torna obrigatória a vistoria anual desses equipamentos. (PLC 159/2015).

Comissão analisa projeto que aumenta pena para detento que usar celular

O preso que usar telefone celular na cadeia poderá sofrer aumento de pena em até um ano. A determinação está em proposta a ser votada hoje na Comissão de Infraestrutura (CI), após audiência pública agendada para as 9h.

O PLS 411/2017, de Wilder Moraes (DEM-GO), tipifica no Código Penal o crime de uso indevido de aparelhos telefônicos, rádios ou similares por detentos. O preso que usar, possuir ou receber algum aparelho telefônico ou de rádio que permita a comunicação com outros presos ou com o

ambiente exterior, fora das hipóteses permitidas em lei, ficará sujeito a um aumento de três meses a um ano em sua pena.

— São comuns, infelizmente, casos nos quais o detento comanda, de dentro dos presídios, facções criminosas na prática da contravenção e na promoção da violência — afirmou o relator da proposta, Lasier Martins (PSD-RS).

Lasier apresentou texto alternativo para excluir da proposta a responsabilização das prestadoras de serviços de telecomunicações pela

instalação de bloqueadores de sinais nas penitenciárias. Para o relator, a segurança pública é dever do Estado e a transferência dessa obrigação para entes privados coloca em risco a integridade física dos funcionários e o patrimônio da empresa (torres, antenas, centrais telefônicas), o que afeta a oferta dos serviços aos demais cidadãos.

Depois da CI, o projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Outro item na pauta da CI é o PLC 26/2018, do deputado Onofre Santo Agostini (PSD-

SC), que assegura a permanência de prédios comerciais e residenciais à margem de rodovias federais e ferrovias. A Lei de Parcelamento do Solo veda a existência de construções em uma faixa de 15 metros de cada lado das estradas. A proposta acaba com essa proibição para regularizar os imóveis já erguidos ou em construção e fora da regra.

Pelo projeto, a regularização vale apenas para trechos que atravessem ou possam ser incluídos em perímetro urbano. O texto também estende a autorização para construções

ao longo de dutos e de águas correntes e dormentes e obriga o poder público a desistir de ações judiciais para retomada dos terrenos. Lasier também é o relator dessa proposta e apresentou apenas emenda de redação para deixar claro que a regularização não abrange obras futuras.

“A ideia é resguardar a segurança jurídica de quem já construiu na faixa não edificável, inclusive em momento anterior à exigência legal dessa faixa”, defendeu o senador no relatório. A proposta ainda será analisada pela CCJ.

Privatização de distribuidoras de energia na pauta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje o projeto do Executivo que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras. O PLC 77/2018 busca resolver pendências jurídicas para despertar o interesse de investidores pelas empresas, principalmente as do Norte.

As companhias podem ser leiloadas mesmo sem aprovação do projeto, pois estão sem contratos de concessão vigentes — hoje fornecem energia a “regime precário”. A Lei 13.360, de 2016, já previu o modelo de privatização e a outorga, pelo prazo de 30 anos, das concessões não prorrogadas. Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o edital de venda.

A Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Boa Vista Energia, que atende Roraima, foram arrematadas no dia 30 em leilão do BNDES. Em julho, foi vendida a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa).

Além delas, o governo pretende vender a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal). O contrato de concessão deverá ser assinado entre 31 de outubro e 5 de dezembro.

O governo defende a privatização das distribuidoras como alternativa para melhorar a prestação de serviço. No Senado, o projeto tramita simultaneamente na CAE, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão de Infraestrutura (CI).

O relator na CAE, Fernando

Bezerra Coelho (MDB-PE), apresentou parecer pela aprovação do texto, com uma emenda de redação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para deixar claro que o projeto se aplica apenas aos empreendimentos que já foram autorizados. Ele rejeitou as outras 16 emendas apresentadas.

O projeto também permite a prorrogação de contratos de fornecimento de energia elétrica sem leilão por um prazo superior aos 36 meses estipulado em lei.

A prorrogação será até a entrada em operação comercial do contratado para fornecimento de energia nos Sistemas Isolados (não conectados ao resto do país). A medida beneficiará principalmente as distribuidoras do Acre e de Rondônia.

Proposta de doar 25 tanques de guerra ao Uruguai pode ser votada

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) volta a se reunir hoje para analisar uma pauta de oito itens. Entre eles, proposta que prevê a doação de 25 tanques de guerra M-41C Caxias ao Exército do Uruguai, fruto de acordo assinado com o Brasil em 2013 (PLC 91/2018).

Como explica o relator, Pedro Chaves (PRB-MS), a doação dos tanques reforçará o bom relacionamento entre as duas nações. Além disso, o Exército brasileiro já vem substituindo os M-41C Caxias pelos blindados Leopard, que são comprados do Exército da Alemanha.

— A doação é de viaturas já desativadas, com o próprio comando da força terrestre

recomendando que sejam doadas. Hoje os M-41C Caxias destinam-se mais como meio auxiliar de instrução — explicou o relator.

Outros acordos

Também estão na pauta análise do acordo de troca e proteção mútua de informações classificadas assinado entre Brasil e Suécia (PDS 93/2018); acordo de cooperação educacional firmado com a Armênia (PDS 94/2018); e formação de grupos parlamentares com a Holanda (PRS 23/2018) e com o Congo (PRS 34/2018). Deverão ainda ser apresentados relatórios de indicações para as embaixadas brasileiras na Costa Rica, Guatemala e Guiné-Bissau.

Ações sociais do Senado devem servir de modelo para outras instituições

Plano de Gestão de Logística Sustentável, que prioriza iniciativas que economizem recursos, é um dos destaques. Políticas de inclusão plena da pessoa com deficiência, seja pela acessibilidade comunicacional ou medidas estruturais, é outra prioridade, que ganha atenção do Senado desde 98

Aline Guedes

O PLANO DE Gestão de Logística Sustentável (PGLS), com enfoque nas ações que geram também economia de recursos, está entre os principais avanços sociais do Senado. E vai servir de modelo para outras Casas legislativas do Brasil. Uma versão-modelo do PGLS será concluída em novembro e disponibilizada para as câmaras de vereadores e assembleias legislativas com o objetivo de superar dificuldades ambientais e institucionalizar processos menos danosos ao meio ambiente.

Segundo a diretora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado, Karin Kässmayer, um dos maiores êxitos da Casa é a redução de consumo de copos plásticos, com o corte drástico de aquisições e a substituição das compras do material ainda indispensável por copos biodegradáveis. Esses recipientes mais amigáveis são disponibilizados somente para áreas do Senado nas quais seria pouco prático e até mais caro usar copos de vidro, como a das visitas externas.

— O consumo de copos caiu da média mensal de 2.325 pacotes, em 2015, para 314, em 2017. É uma redução de 94%, considerando o custo econômico e, de muito maior importância, quando pensamos nos aspectos ambiental e social — assinala.

Além disso, Karin destaca a diminuição de impressões, por meio da substituição do papel

pelos meios eletrônicos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, mesmo com alterações de consumo sazonais devido a eventos como o impeachment.

Karin lembra que o PGLS já está na segunda versão. Redução ainda mais significativa do consumo de impressões está entre as metas a serem implementadas a partir deste mês em todos os setores do Senado. A ideia, explicou, é aprimorar o sistema apelidado de “impressômetro”, que interliga cada impressora a uma central e registra o quanto cada máquina e cada usuário imprimem. Cria-se, assim, uma cultura do não desperdício e do uso dos equipamentos apenas para as necessidades da Casa.

A logística sustentável também atende imposições legais, conforme a diretora do núcleo

— Temos um grupo de trabalho que atua na orientação do setor de compras, listando itens que atendem os critérios de sustentabilidade e que prevejam a logística reversa, que são os procedimentos para reaproveitamento dos materiais. Todas essas ações são desenvolvidas em parceria com órgãos do Senado, como Secretaria de Infraestrutura, Prodases e outros.

Acessibilidade

Infraestrutura, acesso à informação, mobilidade, gestão de pessoas, educação e acessibilidade são os cinco eixos temáticos do Ato da Diretoria-Geral 4/2018. A inclusão plena das pessoas com deficiência,



Para Karin Kässmayer, Senado é uma das instituições públicas mais respeitadas



De acordo com Ilana Trombka, intenção é naturalizar a questão da deficiência

em condições de igualdade, é elaborada com representantes de diferentes áreas da administração do Senado e de servidores com deficiência. O objetivo é garantir a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência no convívio diário com a atividade pública da Casa.

— Adaptação de banheiros, elevadores de acesso, rampa de acesso à Mesa Diretora, empréstimo de cadeira de rodas ou triciclo motorizado a visitantes e funcionários, carro adaptado, vagas nos estacionamento, são algumas ações de sucesso —

destaca Karin. A acessibilidade comunicacional é outra meta prevista no PGLS, já em andamento. Entre as principais ações, está a interpretação de língua brasileira de sinais (Libras), legenda em tempo real e áudio-descrição em eventos institucionais; legislação em braile e em Libras; *closed caption* na TV Senado; acessibilidade no Portal do Senado na internet; e documentos funcionais acessíveis aos servidores com deficiência visual,

descrição e imagens nas mídias sociais e cursos a distância.

Karin chama a atenção para a contratação de pessoas com deficiência intelectual para atuação na Biblioteca (na higienização de livros) e o incentivo à contratação de estagiários e aprendizes com deficiência.

— Tudo isso, aliado à transparência, nos coloca no ranking das instituições públicas mais respeitadas do país — salienta a diretora.

A primeira ação inclusiva do Senado data de 1998, com

o início das publicações em braile. Desde então, a Casa vem gradualmente adotando planos e incorporando medidas que ampliam os benefícios socioambientais, tanto para o público interno quanto para o externo.

Pró-Equidade

O Senado foi um dos primeiros órgãos públicos a aderirem ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do governo federal. Criado há dez anos, o

programa estimula a igualdade no local de trabalho, com ações como linguagem inclusiva nas documentações, licença-maternidade de 180 dias e ampliação da licença-paternidade, além da adequação de uniformes e equipamentos de segurança.

Somente nos últimos dois anos, o programa ajudou a aumentar em quase três vezes o número de mulheres em cargos de chefia no Senado, como informa a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

— Na alta direção da casa, hoje temos mais de 30% de mulheres. Nos cargos de FC3 e FC4, estamos na faixa de 35% a 36%. No quadro de comissionados estamos em meio a meio e, dos efetivos, somos 28% de mulheres e 72% homens, o que pretendemos corrigir nos próximos concursos — informou a diretora em entrevista à TV Senado (*veja mais abaixo*).

Ilana ressaltou que 2% das terceirizadas contratadas pelo Senado são mulheres em situação de vulnerabilidade social. Feitas em parceria com o governo do Distrito Federal, essas contratações são mantidas sob sigilo, para manter a integridade das funcionárias. Outros avanços, segundo a diretora-geral, são a implementação do Programa Mães Nutrizes, que proporciona horário reduzido de trabalho durante 15 meses, inclusive para ocupantes de cargos de direção, com o objetivo de facilitar o aleitamento materno; o aten-

dimento de cotas de 20% para pretos e pardos nos concursos e contratações de terceirizados, além de 10% de estagiários com deficiência. — Temos aperfeiçoamentos constantes e tudo isso naturaliza a questão da deficiência e nos faz aprender que a diferença constrói. Já atingimos essas cotas rapidamente no Senado e percebemos que a deficiência, comparada à eficiência que todos nós temos, desaparece — acentuou.

Valorização étnica

A gestora do Programa Pró-Equidade, Maria Terezinha Nunes, destacou ainda as pesquisas de projetos sobre a condição da mulher e as ações de valorização étnica, a exemplo do ensaio fotográfico *Mulheres Negras no Senado*, cartilhas, pôsteres e oficinas para tratar

da equidade. Ilana informou que a alta administração do Senado continuará investindo em todas essas frentes. Além de prioritárias, a diretora ressaltou que as ações do Senado estão em consonância com as diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU).

— Investir é um desafio que nunca parou e a gente está sempre procurando formas e novas tecnologias para fazer cada vez mais e melhor e de maneira inteligente. O Senado está associado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, até porque o mundo é um só e, ao realizar nossas ações em conformidade com as determinações da ONU, alcançamos uma melhoria constante e conquistamos a cultura da busca pela eficiência — declarou a diretora-geral.

Saiba mais

Fale com o Senado
• <http://bit.ly/faleSenado>
• Telefone: 0800 612211

Orientações para criar procuradorias da Mulher
• <http://bit.ly/crieProcuradoria>

Interlegis oferece parcerias com câmaras de vereadores e assembleias legislativas
• www.interlegis.leg.br

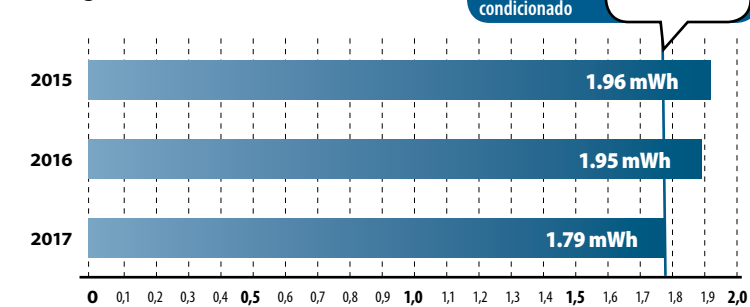
Senado Inclusivo
• <http://bit.ly/SenadoInclusivo>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

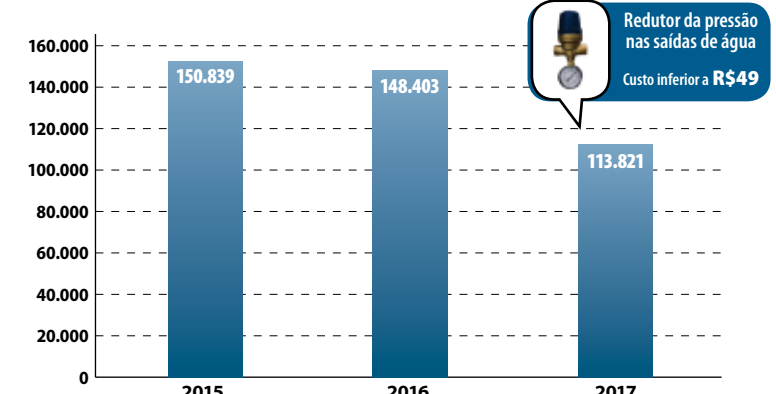
Consumo de água e energia elétrica diminuiu

Iniciativas como o desligamento automático dos aparelhos de ar-condicionado e a redução da pressão nas saídas de água foram essenciais para o objetivo

Média do consumo anual de energia elétrica em megawatts/hora (mWh)



Redução do consumo de água em metros cúbicos (m³)



O ciclo dos copos

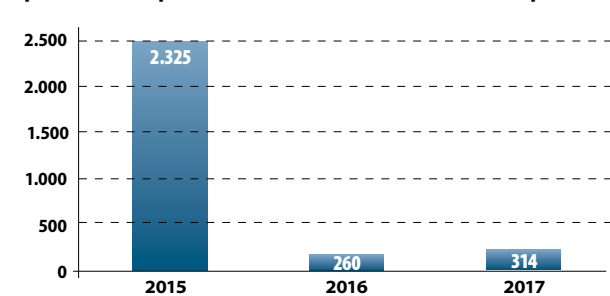
Os copos descartáveis foram substituídos por copos biodegradáveis

O adubo produzido no viveiro será usado no cultivo de plantas com baixa demanda hídrica que irão compor os jardins do Senado

Após serem descartados, os copos podem ser misturados às sobras de alimentos e borra de café

2015
Média do consumo de copos descartáveis
2.325 pacotes

Consumo de copos descartáveis
pacotes de copos com 100 unidades/média mensal por ano



Diminuição da quantidade de impressões
servidor/máquina

IMPRESSÔMETRO
Relatório on-line de impressões por máquina/servidor

2015
Impressoras em atividade
1.200

Diminuição de 39,2% após implantação da PGLS, redução para **730 impressoras ativas**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Rampas como a do Comitê de Imprensa do Senado são exemplo de ações inclusivas

Galvani Moraes/Núcleo de Imagem



Empréstimo de triciclos motorizados facilitam mobilidade da pessoa com deficiência

Márcia Brito/Agência Senado Federal



Monitores participam de vivência de sensibilização sobre acessibilidade na Casa

Conselho de Comunicação altera regimento

Os conselheiros mudaram regras referentes a análise de leis, procedimentos para reuniões e audiências públicas e alterações em relatórios já aprovados pelo colegiado

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) aprovou ontem mudanças no regimento interno, em vigor desde 2013. Órgão auxiliar do Congresso, o conselho tem como atribuição fazer estudos, pareceres e recomendações em áreas como liberdade de expressão, propaganda, programação de rádio e TV, monopólio dos meios de comunicação e finalidades educativas das emissoras.

A primeira mudança amplia a área de atuação do conselho. O regimento interno atual permite que os conselheiros discutam temas previstos na legislação sobre TV a cabo. A alteração aprovada estende a competência para a internet: agora os conselheiros podem discutir assuntos tratados no marco civil do setor.

Outra modificação acaba com o limite de cinco expositores convidados para participar de audiências públicas. O texto, no entanto, mantém a orientação de que haja igual

participação entre defensores e opositores dos temas debatidos. Os conselheiros também mudaram o tempo de manifestação de cada expositor. Antes era de 15 minutos. Agora é de até 15 minutos.

O conselho alterou também o prazo para a emissão de pareceres pelos conselheiros. O prazo era de duas reuniões ordinárias (o equivalente a dois meses) e agora eles terão apenas uma reunião ordinária (um mês) para emitir os relatórios.

Outra modificação detalha como deve ser a indicação de

relatores para as propostas analisadas. As comissões de relatoria, formadas por até três conselheiros, só podem ser constituídas para tratar de propostas repetidas ou de grande repercussão técnico-social. Antes não havia a limitação.

Novos poderes

O novo regimento interno dá mais poderes ao presidente do CCS. Pela versão anterior, mudanças pontuais em relatórios aprovados pelo órgão só podem ser feitas por um membro designado pelo conjunto

do conselho, formado por 13 titulares. Agora o presidente isoladamente pode designar um conselheiro para redigir o parecer.

Outra mudança trata do horário de funcionamento do colegiado. O regimento interno determina que as reuniões devem começar às 14h, podendo ser antecipadas para as 11h30. A alteração aprovada ontem autoriza reuniões no período da manhã.

As outras mudanças têm objetivo de harmonizar o regimento interno e fortalecem o CCS como um órgão

auxiliar do Congresso. As atas das reuniões serão publicadas no *Diário Oficial do Congresso Nacional*, e não mais no *Diário Oficial do Senado*. O mesmo ocorre com os documentos incluídos nas atas pelos conselheiros. A Secretaria-Geral da Mesa do Senado passa a fazer a interface entre o conselho e os demais órgãos do Congresso, e não apenas com os setores do Senado.

Os conselheiros optaram por votar ontem apenas os pontos livres de polêmica. Os artigos do regimento interno ainda sem consenso devem ser analisados na próxima reunião, prevista para outubro.

Um dos temas que deve gerar divergências é relacionado a quem está autorizado a solicitar estudos, pareceres ou recomendações ao CCS. O regimento interno em vigor permite que o pedido seja feito pelo próprio Congresso, além de membros do conselho, Poder Executivo e entidades da sociedade civil.



Conselheiros deixaram para outubro revisão de regras polêmicas, como quem pode pedir parecer ao órgão

Ministro do Meio Ambiente fala sobre obras em BR

A Comissão de Infraestrutura (CI) convocou o ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, para prestar esclarecimentos hoje sobre as obras de manutenção, conservação e recuperação da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

A reunião foi requerida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Um dos objetivos da audiência pública é tratar das questões relacionadas aos estudos de impacto ambiental e indígena necessários

para a realização das obras da rodovia.

Além de Edson Duarte, também foram convocados os ministros da Justiça, Torquato Jardim, e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro Silveira.

Comissão de socorro a santas casas será instalada

Será instalada hoje a comissão mista responsável por analisar a medida provisória que cria uma linha de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos (MP 848/2018).

Na reunião, marcada para às 14h30, também serão eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão.

O fundo poderá disponibilizar para a nova linha 5% do seu programa anual de aplicações. Segundo o Minis-

tério da Saúde, isso equivale a cerca de R\$ 4 bilhões este ano.

Os operadores serão Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O risco financeiro da operação ficará com os três bancos oficiais.

Saneamento

Em seguida, às 14h40, também serão eleitos presidente e vice da comissão mista criada para examinar a MP 844/2018, que atualiza o

Marco Legal do Saneamento Básico.

De acordo com o texto, os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios: universalização do acesso, adequação à saúde pública e à proteção do meio ambiente, disponibilidade de serviços de drenagem urbana e manejo das águas pluviais, respeito às peculiaridades locais, eficiência e sustentabilidade econômica, controle social e combate às perdas de água.

Audiência debate aumento no valor dos serviços dos cartórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) faz hoje audiência pública interativa para tratar do projeto que aumenta o valor dos serviços dos cartórios do Distrito Federal e prevê a cobrança de novas taxas e alíquotas (PLC 99/2017). A iniciativa da reunião é do senador José Pimentel (PT-CE).

A proposta está pronta para votação e recebeu parecer favorável da relatora, senadora Rose de Freitas (Pode-ES). No entanto, Pimentel apresentou voto em separado com uma proposta alternativa ao PLC.

Embora reconheça a necessidade de atualização dos valores de taxas cobradas pelos cartórios em Brasília, o senador considerou excessivo o aumento sugerido para os usuários desses serviços.

Pelo texto, o PLC cria uma taxa de 10% e uma alíquota

de 7% sobre os serviços notariais no Distrito Federal. A taxa de 10% será destinada a ações de reaparelhamento da Justiça, reunidas sob o nome de Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus). A alíquota de 7% destina-se a criar a Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais, uma espécie de fundo em que os cartórios de maior demanda passariam a subsidiar aqueles de menor movimento.

Entre os convidados, estão o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal, Allan Guerra, a diretora-geral do Instituto de Defesa do Consumidor (Procon-DF), Ivoneide Oliveira, e a presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Convidados: suicídio é questão de saúde pública

Participantes de audiência pública afirmam que, enquanto o número de ocorrências diminuiu no mundo, o Brasil vive um crescimento de 60% nas últimas quatro décadas

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) promoveu na tarde de ontem audiência pública para debater a questão do suicídio. Os participantes concordaram que esse é um problema de saúde pública que demanda a atenção de toda a sociedade.

A reunião foi sugerida e presidida por Regina Sousa (PT-PI), presidente da CDH. Ela ressaltou o grande número de casos “nos extremos”, entre os mais jovens e os mais idosos.

— As estatísticas são números sem alma, que não traduzem a dor dos envolvidos — lamentou a senadora.

Para Paulo Paim (PT-RS), o desemprego e o uso de drogas entre os jovens e a situação da aposentadoria entre os idosos são possíveis fatores que podem motivar o suicídio. Ele alertou para a dependência tecnológica, com o “vício em celulares”, que pode prejudicar o relacionamento no meio familiar.

— O jovem quer um ponto de apoio e pode encontrá-lo no pai ou na mãe, ou em um amigo. As pessoas precisam falar e serem ouvidas.

Estatísticas

A jornalista Leila Herédia apresentou o trabalho do Centro de Valorização da Vida (CVV), entidade que atende de forma gratuita e sigilosa as pessoas que querem conversar, por telefone, e-mail e chat, 24 horas em todos os dias do ano. Ela é voluntária e porta-voz do CVV, que tem 56 anos de atividade ininterrupta no Brasil. O trabalho é feito de forma voluntária, com ênfase na escuta ativa e no princípio do não julgamento.

Leila registrou que 32 brasileiros morrem todo dia por suicídio e que cerca de 17% da população já pensou em



Audiência da Comissão de Direitos Humanos discutiu estatísticas, causas do suicídio e formas de prevenção

tirar a própria vida. Segundo a jornalista, de cada dez mortes por suicídio, nove poderiam ser evitadas com tratamento adequado. Ela acrescentou que atitudes como estar presente, dar tempo e espaço, saber ouvir e estar aberto ao diálogo podem ajudar na abordagem dos casos.

— O CVV não substitui o atendimento psicológico ou psiquiátrico, mas trabalha como um pronto-socorro emocional.

Por sua vez, a psiquiatra Fernanda Benquerer Costa, especialista prevenção, informou que o Brasil registra mais de 11 mil casos ao ano, ocupando o oitavo lugar no ranking mundial.

Ela acrescentou que no mundo o suicídio é a segunda causa de morte de jovens entre 15 e 19 anos, atrás somente dos acidentes de trânsito.

Fatores estressantes, como perda de familiares e desemprego, e doenças emocionais, como depressão, foram apontados pela psiquiatra como possíveis motivos para o suicídio.

Segundo a médica, dar suporte social, restringir o acesso

aos meios perigosos, procurar tratamento adequado para deficiências emocionais e cultivar a esperança são recursos que podem ajudar a evitar os suicídios.

— A sociedade precisa ouvir sem julgamento, demonstrar empatia e respeitar valores e opiniões do outro — afirmou Fernanda, que pediu mais debates na imprensa sobre o assunto.

Já a psicóloga Rosane Lorena Granzotto, membro do Conselho Federal de Psicologia, informou que o número de suicídios cresceu 60% nos últimos 40 anos. Ela pediu mais políticas públicas voltadas principalmente a populações específicas como os indígenas, os retirantes e a comunidade LGBTI.

A assessora técnica na Secretaria de Atenção em Saúde do Ministério da Saúde, Cinthia Lociks de Araújo, disse que os números do Brasil são considerados baixos, se comparados ao resto do mundo.

Ela ponderou, porém, que eles vêm caindo em outros países, enquanto crescem no Brasil. Segundo Cinthia, o governo está trabalhando

em políticas para diminuir o número de suicídio entre os brasileiros.

A servidora afirmou também que a mídia precisa lidar de forma responsável com o assunto e apontou que a prevenção do suicídio vai além da questão da saúde. Conforme informou, alguns estados dos Estados Unidos, por exemplo, registraram uma grande redução do número de suicídio depois que as armas de fogo passaram a ter um controle mais rigoroso.

Prevenção

A jornalista Ana Graziela Aguiar falou sobre a automutilação, que começa, normalmente, na adolescência.

Ela coordenou na TV Brasil o documentário *Cicatrizes da Tristeza*, que trata da automutilação, da depressão e do suicídio. Segundo a jornalista, as escolas e os pais precisam se preparar para lidar com o assunto e dar mais atenção aos adolescentes.

— A automutilação, na maior parte das vezes, é um primeiro pedido de socorro. É um chamado para o sofrimento interno.

Para o psiquiatra André de Mattos Salles, especialista em atenção à infância e à adolescência, a prevenção começa já no útero. Ele disse que quanto mais prevenção na infância, mais qualidade na saúde para o resto da vida. Segundo Salles, a adolescência tem particularidades muito grandes, que demandam um modo especial na abordagem de assuntos delicados, como o suicídio.

A assistente social Franci-mélia Nogueira, membro do Grupo Vida que Segue, de pais enlutados por suicídio, relatou sua experiência com a perda da filha, que cometeu suicídio no ano passado. Segundo ela, é recorrente que os pais se sintam culpados. No entanto, o apoio de outros pais, a atenção à espiritualidade e a dedicação ao grupo são fatores que estão ajudando em sua superação da perda da filha.

— A partir dessa tragédia, aprendemos que é preciso falar sobre o suicídio e buscar ajuda profissional — alertou.

Setembro Amarelo

Setembro Amarelo é uma campanha de prevenção ao suicídio, promovida pelo CVV, pelo Conselho Federal de Medicina e pela Associação Brasileira de Psiquiatria.

O mês de setembro foi escolhido porque, internacionalmente, 10 de setembro é o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio. A campanha, que teve início em 2015, visa estimular a promoção de eventos que abram espaço para debates sobre suicídio, com o objetivo de alertar a população sobre a importância da discussão do tema.

Vários prédios públicos, inclusive o do Senado, são iluminados de amarelo para lembrar a campanha.

Reajuste em plano de saúde será debatido hoje

Mudanças nos preços dos planos de saúde individuais e familiares serão tema de audiência pública hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Solicitada pela senadora Marta Suplicy (MDB-SP), a audiência ocorre após a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ter revogado a Resolução Normativa 433/2018, que estabelecia novas regras para a prática de coparticipação e franquia em planos de saúde.

O assunto foi debatido no Senado em julho. Uma decisão provisória da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, chegou a suspender as novas

regras de franquia e coparticipação dos segurados.

Pela resolução revogada, era permitido cobrar até 40% do procedimento dos usuários. Ficou determinado ainda um limite mensal (que não ultrapassasse o valor da mensalidade) e um anual (sem ultrapassar o equivalente a 12 mensalidades), a serem pagos por coparticipação e franquia.

As manifestações de insatisfação de parlamentares e da sociedade contribuíram para que a ANS decidisse reabrir as discussões das novas regras.

Em nota, divulgada em 30 de julho, a agência manifestou o desejo de continuar o

diálogo com a sociedade, por meio de audiência pública.

Foram convidados para o debate o diretor-presidente da ANS, Leandro Fonseca da Silva, a secretária nacional de Relações de Consumo do Ministério da Justiça, Ana Lúcia Kenickel Vasconcelos, o advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) Igor Rodrigues Britto, o assessor jurídico da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde José Luiz Toro da Silva, o diretor-executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, José Cechin, e o advogado da Central Nacional Unimed (CNU), José Cláudio Ribeiro Oliveira.

Comissão discute inclusão de tema previdenciário em curso de direito

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje audiência pública interativa para debater a importância da inclusão do direito previdenciário no currículo dos cursos de direito.

Deverão participar da audiência o presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Chico Pessoa; o presidente eleito da Câmara de Educação Superior, Antônio Freitas; a representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Jane Berwanger; a

presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape), Fiorella Bartalo; o presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), Roberto Santos; a representante do Portal dos Aposentados, Miriam Stein; a coordenadora do Movimento Acorda Sociedade, Dirce Kosugi; o diretor da Associação Nacional dos Aposentados e Segurados da Previdência Social (Anadips), Clodoaldo Neri; e a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Thais Riedel.

Incêndio reabre debate sobre museus no país

Projeto em tramitação no Senado cria o Dia Nacional do Museu. Em maio, especialistas disseram em audiência pública que essas instituições deveriam ser estratégicas

O INCÊNDIO QUE destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, na noite de domingo, reabriu o debate sobre o papel sociocultural dos museus e o investimentos nas instituições. O acervo de cerca de 20 milhões de itens foi praticamente todo consumido pelo fogo, ainda sem causa definida. A instituição, a primeira do tipo no Brasil, foi criada por dom João VI em 1818, à época chamado de Museu Real. Com 200 anos, recebeu 192 mil visitantes no ano passado.

No Senado, está em análise um projeto de lei que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional do Museu, seguindo o exemplo da comunidade internacional, que também comemora a data. O PLS 249/2018, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), está em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde é relatado por Marta Suplicy (MDB-SP).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), existem, em todo o país, cerca de 3,7 mil museus, que receberam mais de 32 milhões de visitantes em 2017. A intenção do projeto é ampliar ainda mais o número de visitantes, não só nos museus, mas também nos memoriais e nas instituições de preservação da memória, por meio do estímulo a exposições e eventos, contribuindo para o reconhecimento dos museus como instituições culturais.

“A exposição de objetos e documentos históricos, interpretados e expostos sob diversos prismas, é sempre valiosa para preservação da memória, da diversidade e dos sentidos nacionais no imaginário da população”, afirma Maria do Carmo, na justificativa da proposta.

O texto destaca ainda como objetivo a realização, de forma articulada com instituições internacionais, de exposições e eventos que promovam a cultura, a paz, a tolerância e a cooperação entre os povos. A proposta também pretende encorajar o poder público nos

três níveis a facilitar o transporte e o acesso aos museus.

“O museu é uma fonte de cultura. É preciso que essas instituições percorram todos os estados fazendo exposições, principalmente nas escolas de cidades que muitas vezes nem cinema têm”, considera Maria do Carmo.

Ela explica ainda que, por meio de seleções de “vestígios deixados pelo tempo”, os museus recontam as características de sociedades, economias e culturas que já passaram. “É nesse contato com o outro, organizado sempre sob certas perspectivas, que se propicia ao visitante compreender culturas, sistemas e formas de ver o mundo diferentes daquelas com que está familiarizado”.

Papel social

A historiadora e museóloga Andréa Fernandes, professora da Universidade de Brasília (UnB), explica que houve uma evolução na função dos museus, que passaram a se preocupar cada vez mais com o papel social que desempenham. Ela chama a atenção para a lei que regula os museus no Brasil (Lei 11.904, de 2009), que em seu primeiro artigo define os museus como instituições a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

— Só faz sentido preservar algo se aquele contexto faz sentido para uma determinada comunidade. Cada vez mais os museus, através das memórias que eles preservam, vêm se tornando um fato social.

A legislação brasileira traz ainda como princípio fundamental do museu a valorização da dignidade humana, a promoção da cidadania e o cumprimento da função social.

— A questão não é preservar o objeto por preservar, é preservar para quem e para quê. Museu não é algo do passado, é algo que está presente hoje e está ali também para a construção de um futuro. Se temos um objeto dentro de um museu, em 2018, é porque ele faz sentido para as pessoas



Chamas podem ter destruído 90% do acervo do Museu Nacional, que contava com cerca de 20 milhões de peças

hoje — afirma a museóloga.

Andréa informa ainda que a museologia brasileira é recente e o investimento do Estado “muito aquém do ideal”. Andréa opina que é prioritário um crescimento qualitativo dos museus. Segundo ela, a criação de uma data dedicada aos museus deve, mais do que incentivar a criação de outros, possibilitar a melhoria da qualidade e seriedade dos trabalhos nas instituições já existentes. A exemplo do caso do Museu Nacional, que não vinha recebendo a verba de R\$ 520 mil anuais necessária para a manutenção.

Promoção cultural

Os museus são locais estratégicos e motores importantes de desenvolvimento das sociedades, pois realizam pesquisa, difundem a cultura, preservam locais de memória, além de servir como instrumento de inclusão social a serviço do cidadão, afirmou a presidente do Conselho Federal de Museologia (Cofem), Rita de Cássia Mattos, em audiência pública sobre o assunto promovida em maio a pedido de Maria do Carmo.

— Os museus buscam construir, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, um desenvolvimento [social] que seja apoiado no respeito às identidades e à pluralidade cultural — defen-

de Rita de Cássia.

A presidente do Cofem reafirma ainda a importância do estabelecimento do dia nacional como forma de valorizar e dar visibilidade às instituições.

Esse esforço ocorre anualmente, segundo Marcelo Araújo, presidente do Ibram, por meio de uma semana, em maio, com programação especial. A ação, que ocorre há 16 anos, é um meio de promover e mobilizar os museus brasileiros em torno de um tema definido pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), em comemoração ao 18 de maio, Dia Internacional dos Museus.

— Buscamos assegurar a visibilidade crescente das nossas instituições, aumentar o número do público visitante e, principalmente, intensificar essa relação com as comunidades, que é o grande objetivo da instituição museológica contemporânea — esclarece.

Este ano o tema da semana foi “Museus hiperconectados: novas abordagens, novos públicos”. O evento aconteceu em um contexto mais especial para os museus brasileiros, lembrou Marcelo.

Museu do Senado

Para Alan Silva, do Museu do Senado, o Dia do Museu contribuirá para que a sociedade fale e reflita sobre os museus, criando alternativas de cresci-

mento para essas instituições. Para ele, os museus poderão crescer, não só em visibilidade, mas também em orçamento e nos objetivos a serem alcançados, como a promoção da cidadania.

— Esse impulsionador de conteúdo que é o museu passa muitas vezes despercebido para as pessoas, mas ele está ali no dia a dia cumprindo um papel importante — declara.

O Museu do Senado foi criado em 1991 para preservar a história da Casa por meio de acervo artístico e documental. Com aproximadamente 3 mil itens, o museu conta com obras de arte, mobiliário histórico, móveis assinados por designers, painéis, esculturas e tapeçarias, entre outros. Segundo Alan, são recebidos anualmente cerca de 180 mil visitantes.

— Há todo um roteiro de fala dos nossos mediadores para criar um conceito de cidadania no visitante, pois a população brasileira é muito heterogênea no que diz respeito à formação. O programa de mediação tem esse aspecto pedagógico que é muito transformador, capaz de mudar a opinião das pessoas [sobre o papel do Senado] — explicou.

Exposição

O Museu do Senado promove até 25 de setembro a exposição *Os 130 anos da Abolição da Escravatura e as Discussões no Senado*, que está aberta para visitação no Salão Negro do Congresso. A exibição conta com visita guiada para pessoas com deficiência visual, com descrição do ambiente e acesso a livretos, textos e legendas em braile, além de alguns objetos disponíveis ao toque.

O museu funciona de segunda a sexta-feira das 9h às 13h e das 14h às 18h. Aos sábados, domingos e feriados, o funcionamento é ininterrupto, das 9h às 18h.

Nova plataforma permite pesquisa ágil nos registros do Senado no Império

Foi lançada na sexta-feira a nova plataforma digital de acesso ao Índice Onomástico dos Anais do Senado 1826-1889. A plataforma traz um novo modo de consultar os Anais do Império, facilitando assim o trabalho de pesquisadores e curiosos sobre o tema “Brasil Imperial”.

O diretor da Secretaria de Informação Legislativa do Senado, Fábio Liberal, destacou a importância do trabalho

na atualização da história do Senado:

— Já tínhamos há muito tempo esse material digitalizado, mas estava como uma reprodução fotográfica do papel. Com essa nova plataforma, podemos usar os recursos do computador para pesquisar dentro do material — disse o diretor.

A primeira publicação física do material ocorreu nos anos de 1977 e 1979, quando, em

parceria com a Universidade de Brasília (UnB), foi lançado o Programa de Pesquisa e Documentação Histórica do Senado.

Esse trabalho resultou na coleção de nove livros, que contêm 241 volumes dos Anais do Império de 1826 a 1889.

A chefe do Serviço de Anais, Jaqueline Albernaz, acrescentou que a nova plataforma permite ao pesquisador

interessado chegar direto ao ponto dentro da publicação, por meio de uma planilha que classifica os parlamentares da época por nome, título nobiliárquico, cargo ocupado, ano da sessão legislativa e em qual volume dos anais está registrado.

— Com a plataforma, é permitido a pesquisa de todo o registro de um senador do Império — acrescentou Jaqueline.